



## O ATRASO DO SURGIMENTO DA IMPRENSA NO BRASIL COM RELAÇÃO À AMÉRICA ESPANHOLA E INGLESA

**Jairo Faria Mendes**

*Professor Adjunto da Universidade Federal de São João Del Rei(UFSJ) – MG*

*Doutor em Comunicação Social pela UMESP*

*GT Historia de La Comunicación*

### **Resumo:**

*A imprensa surge no Brasil quase três séculos depois da América Espanhola. Com relação os jornais este atraso é de 96 anos. Vários fatores foram responsáveis pela demora no nascimento da imprensa brasileira, como o atraso técnico dos indígenas, a censura rígida da metrópole e o processo colonizador. No pacto colonial, Portugal produzia manufaturas e o Brasil matérias-primas. Como a imprensa é uma manufatura, ela foi reprimida na colônia portuguesa.*

### **1- Introdução**

O artigo busca discutir os principais fatores responsáveis pelo atraso da imprensa brasileira, com relação a América Espanhola e Inglesa. Tanto os prelos quanto os jornais surgiram no Brasil muito depois das outras regiões da América. Um fator muito importante para isso foi a diferença do estágio de desenvolvimento técnico do indígena brasileiro e do encontrado na América Espanhola. Mas também precisam ser consideradas duas causas relevantes: a censura portuguesa e o processo de colonização.

O trabalho é importante porque busca relacionar a imprensa das Américas Portuguesa e Espanhola, e mostrar suas semelhanças e diferenças. Ainda são raros os estudos que superam as fronteiras lingüísticas das Américas. O artigo é resultados dos estudos que tenho realizado sobre a imprensa brasileira e suas interfaces com Portugal e as Américas.



## 2- O início

Os prelos surgiram tardiamente no Brasil, em comparação com às Américas Espanholas e Inglesas, como explica Marques de Melo (2003). Na América Espanhola e Inglesa, a imprensa surgiu bem no início do período colonial; na Portuguesa, ela demorou três séculos para aparecer. De acordo com Semeraro (1979), em 1533, os espanhóis instalaram tipografias no México; em 1577, no Peru; e, em 1612, na Bolívia. Na América Inglesa, o primeiro prelo surgiu em 1638. Segundo Semeraro (1979), apenas a África do Sul, que teve seu primeiro prelo em 1812, e a Grécia, em 1823, ficaram atrás do Brasil.

Marques de Melo (2003) mostra que enquanto a imprensa apareceu na América Espanhola, 14 anos após o início da ocupação; e na América Inglesa, 18 anos depois de começada a colonização; no Brasil tiveram que passar três séculos de presença portuguesa para o surgimento oficial de prelos, o que só ocorreu em 1808.

Com relação aos jornais o processo foi semelhante, ou seja, eles surgiram na América Espanhola quase um século antes disto ocorrer no Brasil, de acordo com Vicente (1994). Já em janeiro de 1722 começaram a circular dois periódicos no México: *Gaceta de México* e *Nueva Espanha*. Em 1729, a Guatemala ganhou seu primeiro jornal, a *Gaceta de Guatemala*; e, em 1743, começou a circular no Peru a *Gaceta de Lima*.

O atraso da imprensa brasileira pode ser explicado, de acordo com Marques de Melo (2003), por na área de colonização espanhola terem sido encontradas civilizações bem mais adiantadas do que no Brasil. A imprensa teve um papel, na América Espanhola, de submeter as populações nativas à cultura ibérica. Na América Portuguesa não houve necessidade de utilizar da tipografia para a dominação dos povos nativos. Sodré (1999) também defende essa idéia:

(...) onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanente em seguida, de substituir por ela a cultura encontrada. Essa necessidade não ocorreu no Brasil (SODRÉ, 1999, p. 11)

Já na América Inglesa, o surgimento rápido da imprensa deveu-se a forma de ocupação, que valorizava o desenvolvimento da Colônia.

A demora na implantação da imprensa na América Portuguesa esta relacionada às condições socioculturais da Colônia e a forma de colonização e não a proibições expressas, como mostra Marques de Melo (2003):



(...) não existiu uma legislação expressamente restritiva à instalação de tipografias no Brasil. O que se costuma apresentar como prova de intransigência lusa são documentos legais expedidos para atender a situações específicas de desrespeito às normas vigentes e da burla à vigilância das autoridades. Referimo-nos aos textos legais de 1706 e de 1747, determinando a apreensão de tipografias aqui instaladas clandestinamente (MARQUES DE MELO, 2003, p. 99)

As cartas régias justificavam as apreensões por questões práticas e não políticas. Diziam, de acordo com Marques de Melo (2003), que tipografias no Brasil teriam custos maiores que na Metrópole, e haveria dificuldade e morosidade para se obter licenças do Conselho Ultramarino e da Inquisição, uma exigência para qualquer publicação. Para Marques de Melo (2003), a publicação de obras de brasileiros, em Portugal, mostrava que não havia tanta preocupação em restringir a atividade editorial na Colônia.

A maior prova de que Portugal não tinha restrições específicas a implantação de prelos no ultramar, ocorreu no oriente. Nas suas colônias asiáticas, a imprensa foi trazida por missionários portugueses ainda no século XVI. Na África Portuguesa, no período setecentista, também foram instalados prelos.

(...) tendo sido a imprensa introduzida na Índia, na China e no Japão por missionários portugueses, principalmente jesuítas, que imprimiram vocabulários e gramáticas em uso nos colégios de Salsete (1552), Goa (1561), Macau (1590), Amacusa (1993) e, ainda, no século XVIII havendo laborados prelos, devido a mesma iniciativa, nas possessões da África Ocidental, como Luanda e São Salvador (COSTA; VIDAL, 1940, p. 15)

O que existia era um Estado censor, que limitava de todas as formas a liberdade de pensamento, como será mostrado mais a frente, tanto na Metrópole como nas colônias. Além disso, havia uma política econômica mercantilista, que tinha como princípio básico a Metrópole possuir o monopólio comercial com as colônias, sendo que neste caso Portugal fornecia manufaturas e o Brasil bens agrícolas. Por isso,



havia claramente uma política visando dificultar o surgimento de indústrias na América Portuguesa. A tipografia, como é um tipo de manufatura, acabou sendo restringida também. Aliado a isso havia condições sócio-econômicas desfavoráveis.

Como os historiadores da imprensa brasileira e portuguesa são unânimes em mostrar, não havia nenhuma determinação específica que proibisse a instalação de tipografias no Brasil. Mas isso também não quer dizer que a Metrópole não tivesse dificultado o processo. Vê-se que algumas iniciativas de imprensa no século XVIII foram encerradas pela Metrópole.

O importante é compreender que a atuação da Coroa, pondo fim nas primeiras experiências tipográficas, não representava uma política específica de proibição da imprensa no Brasil, como se a Metrópole temesse que a existência de prelos significasse o estímulo a movimentos sediciosos. Se fosse assim não teriam sido implantados prelos em outras colônias portuguesas.

Além disso, pode-se observar que os brasileiros puderam participar ativamente de projetos editoriais em Portugal, e não tiveram mais dificuldade que os portugueses para a publicação de suas obras. O principal exemplo foi a *Oficina e Casa Literária do Arco do Cego*, que teve a frente uma pessoa natural das Minas Gerais e foi um projeto que valorizou a intelectualidade brasileira. E, depois na *Imprensa Régia*, em que dois dos quatro integrantes do conselho que indicava as obras a serem publicadas eram do Brasil: frei Veloso e Hipólito da Costa.

Também deve-se ter em mente o que representava a imprensa nos domínios de Portugal. Ela era uma instituição fortemente controlada e que servia os interesses da Coroa. Por isso, não faz sentido pensar na imprensa como uma ameaça. A imprensa na Metrópole ou nas colônias estaria simplesmente atendendo aos interesses do rei.

Isso pode ser observado, por exemplo, nas experiências pioneiras de imprensa no Brasil, no período setecentista. Elas costumam ser tratadas como fossem iniciativas rebeldes e ousadas. No entanto, elas foram realizadas com o apoio dos governantes e de acordo com seus interesses, como foi mostrado no capítulo anterior.

Segundo Marques de Melo (2003), foram sete fatores responsáveis pela demora na implantação da imprensa brasileira: 1) natureza feitorial da colonização, 2) atraso das populações indígenas<sup>1</sup>, 3) predominância do analfabetismo, 4) ausência de urbanização, 5) precariedade da burocracia estatal, 6) insipiência das atividades comerciais e industriais, 7) reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos.

Neste artigo, apresento dois fatores que foram os mais importantes para o atraso da imprensa brasileira: a censura e a forma de colonização.

---

<sup>1</sup> Deve-se entender isto como um atraso técnico, pois a cultura indígena é de grande riqueza.



### 3- A rígida censura

Um fator importante para entender o atraso do surgimento da imprensa no Brasil é a forte censura exercida pela Metrópole.

Como descreve Marques de Melo (2003), a imprensa sofreu forte censura, a partir do século XVI, principalmente nos países católicos. Em Portugal, o controle foi maior ainda, nada podia ser impresso sem a autorização dos órgãos cens rios. Isso foi inibidor do jornalismo lusitano, e, conseqüentemente, dos periódicos brasileiros e mineiros. Quando da vinda da família real para o Brasil, em 1807, “os jornais (em Portugal) praticamente inexistiam” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 141).

Essa é uma questão muito importante. Sem d vida foi um dos principais inibidores ao surgimento e ao desenvolvimento da imprensa brasileira e mineira. Mas não era uma exclusividade das colônias, também em Portugal a imprensa apenas engatinhava, por causa das restri es impostas pela censura e por questões estruturais da sociedade lusitana, como o grande analfabetismo.

Aliado a isso, contribuía para inibir o nascimento da imprensa a política portuguesa de deixar as colônias apenas como produtoras de bens primários. Para manter um pacto colônia, ou seja, criar uma interdependência entre metrópole e colônia, cabia a Portugal a produ o de manufaturas e ao Brasil, de produtos agrícolas ou minerais.

A coroa pretendia com este pacto, de acordo com Novais (1995), dificultar a independência do Brasil. Por isso, as manufaturas foram desestimuladas nas colônias, e, em alguns momentos, explicitamente proibidas. Como a imprensa também é uma forma de indústria, ela acabou sofrendo esta restri o.

Essas duas questões são fundamentais para entender o atraso do surgimento da imprensa. A política de restri o das manufaturas, e a forte censura portuguesa foram inibidores da imprensa.

Para entender melhor, é essencial conhecer como foi a censura portuguesa. Ela sempre foi muito rigorosa, considerando quase tudo como subversivo. No entanto, não foi capaz de inibir a circula o de livros. As obras proibidas circulavam na metrópole e na colônia.

Isso também foi um fator inibidor do surgimento da imprensa na colônia. Como as obras circulavam com facilidade, mesmo as proibidas, não era tão necessária a existência dos prelos.

Com rela o aos jornais, a censura foi bem mais eficiente, e fez com que surgissem poucas publica es. Só nos momentos em que Portugal esteve em conflito com outras na es e após a Revolu o do Porto, em 1820, os periódicos ganharam impulso.

No final do século XVI começaram a circular, em Portugal, as *rela es de novas gerais* ou *notícias avulsas*. Eram folhas, que saíam esporadicamente, para comentar alguns acontecimentos. Estavam longe de serem jornais, mas tiveram grande



importância. “(...) representavam uma inovação. Eram um meio de comunicação mais rápido e penetrante que o livro” (COSTELA, 1970, p. 7). De forma clandestina, as relações foram muito importantes na luta contra a dominação espanhola.

Com a restauração do reino de Portugal, em 1640, essas folhas tiveram permissão de circular. Aproveitando o momento de afrouxamento do controle contra as relações, em novembro de 1641 surgiu o primeiro jornal do País, a *Gazeta*. No entanto, as coisas mudariam rapidamente, já em 19 de agosto de 1642 foi proibida a publicação de gazetas com a justificativa da “pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas<sup>2</sup>” (apud COSTELA, 1970, p. 9). No entanto, a *Gazeta* sobreviveu até 1647.

Como conta Costela (1970), após o fechamento da *Gazeta*, circularam apenas folhas volantes, trazendo principalmente informação sobre as lutas entre Portugal e Espanha. Em 1663, foi criado o mensário *Mercúrio Português*, que teve 50 edições, deixando de circular em 1667.

Depois disso, Portugal ficou 37 anos sem periódicos. Somente em 1704 surgiu uma publicação com o nome de *Gazeta*, da qual, segundo Costela (1970), conhecem-se apenas duas edições. Em 1715, foi fundada a *Gazeta de Lisboa* que circulou até 8 de julho de 1762, quando o Marquês de Pombal suspendeu a publicação do periódico.

Não havia liberdade de expressão em Portugal e os poucos jornais que surgiam eram reprimidos, como conta Tengarrinha (1989):

A apertada vigilância e a severa punição sobre todo aquele que, por palavra escrita, ou até mesmo palavra falada em surdina, mostrasse desamor pelo governo, levava que os redatores tolhessem a própria mão e, mesmo, a que periódicos fossem suprimidos: são os casos do *Lisboa*, cujo redator, Correia Garção, acabou por morrer mais tarde nas prisões pombalinas; e a *Gazeta Literária*, por apresentar no último número algumas alusões desfavoráveis à política do ministro de D. José. (TENGARRINHA, 1989, p. 47-48).

Os jornais só ganharam impulso com a invasão francesa, em 1808. Só em 1809 foram criadas 22 publicações em Portugal. O processo foi semelhante ao ocorrido durante a dominação espanhola, em que as *relações* foram utilizadas na luta emancipatória.

Os franceses, bem antes dos portugueses, já utilizavam de periódicos para tentar ganhar a simpatia da população lusa. Por isso, como diz Costela (1970, p.24), “a

---

<sup>2</sup> Apesar do uso do plural “todas elas”, de acordo com Rizzini (1968) e Costela (1970) só circulava um jornal em Portugal.



melhor maneira de combater os ‘papéis franceses’ seria imprimir ‘papéis portugueses’”.

Certamente, a censura era um forte inibidor do nascimento da imprensa brasileira, e mais ainda o surgimento de jornais. Se mesmo na metrópole era muito difícil criar publicações, na colônia a situação era mais grave.

#### 4- O processo colonizador

A forma como foi realizada a colonização não valorizou o desenvolvimento do Brasil. Aliás, o desenvolvimento brasileiro era uma ameaça a metrópole. A imprensa, como as demais manufaturas, representava a possibilidade de uma autonomia maior da colônia, o que não era interesse da coroa. O desenvolvimento da imprensa ia contra a política econômica mercantilista adotada por Portugal. Só analisando a forma como foi realizada a colonização do Brasil, e a situação delicada que os portugueses viviam por terem um território e uma população reduzida, pode-se entender como era a política econômica com relação ao ultramar.

Maxwell (1978) diz que mesmo Portugal não vivia uma situação confortável. O País era uma espécie de “semi-colônia” inglesa. “Portugal já era parte daquele ‘império informal’ de comércio e influência que os britânicos de meados da era vitoriana consideravam sua invenção” (MAXWELL, 1978, p. 57). Como explica Novais (1995), Portugal dependia da ajuda inglesa para não perder suas colônias.

A estratégia portuguesa funcionou bem, conseguiu preservar suas colônias, e ainda ampliá-las na América, avançando em território espanhol. “Portugal colhia as vantagens da aliança inglesa. Na região platina recobrava a Colônia de Sacramento; no norte do Brasil, fixava-se o Oiapoc como limite com a Guiana Francesa” (NOVAIS, 1995, p. 41).

A política econômica seguida por Portugal, no século XVIII, ainda era predominantemente mercantilista. E, como resalta Novais (1995), o mercantilismo defendia o desenvolvimento das nações a todo custo, sem nenhuma preocupação com bem estar da população. As colônias tinham papel muito importante na política mercantilista, e eram fontes de grandes lucros para as metrópoles.

Além disso, como mostra Novais (1995), Portugal tinha medo de perder sua principal colônia não apenas para outras nações; mas também se preocupava muito com a possibilidade do surgimento de movimentos de independência. A situação portuguesa era mais preocupante por que a metrópole era muito menor e mais pobre em recursos naturais que a colônia. Até mesmo o povoamento do Brasil ameaçava Portugal.

O pensamento mercantilista, seguido por Portugal, definiu uma forma de colonização que colocava os domínios ultramarinos, em especial o Brasil (por sua



importância), em um pacto econômico com a metrópole, visando a interdependência. Esta situação dificultou muito o surgimento dos prelos e periódicos.

Ela não impediu a participação dos brasileiros na imprensa, chegou até a estimular isto, como na criação da *Oficina do Arco do Cego*, em Lisboa. Mas fez com que as atividades editoriais (assim como outras manufaturas) se concentrassem no reino. Essa era uma questão importante para Portugal não perder o controle sobre suas colônias.

É importante entender que não havia restrição da participação dos brasileiros na imprensa. O que havia era uma política voltada para que isso ocorresse na metrópole. As obras de brasileiros podiam, inclusive, circular no Brasil, se não sofressem restrições dos órgãos censórios. Com isso, vê-se o mineiro frei Veloso (antes do surgimento da *Arco do Cego*) editando, em Lisboa, a revista *Paládio Portuguez*, em 1796, trazendo novas descobertas científicas, muitas delas de brasileiros. E, principalmente, a *Oficina Arco do Cego* com a predominância da participação de brasileiros e mineiros. Como diz Wergner (2004):

(...) conseguiu articular os interesses metropolitanos com os das elites coloniais, incorporando membros da elite letrada brasileira em um projeto político conjunto de Império transatlântico, no qual a Colônia teria papel crucial e ativo na superação do atraso português” (WEGNER, 2004, p. 132).

Lá o ministro do Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, permitiu, inclusive, a presença de pessoas simpáticas a Inconfidência Mineira. “D. Rodrigo usou muitos brasileiros eruditos no processo de tomadas de decisão (...) Foi particularmente atencioso com os comprometidos com a Inconfidência Mineira” (MAXWELL, 1978, p. 254).

## 5- Considerações Finais

É muito interessante observar as dificuldades enfrentadas pela imprensa brasileira em sua gênese. Apesar da proximidade geográfica, o Brasil viveu situações que impediram que ele acompanhasse o restante da América, com relação à imprensa e à criação de jornais.

A historiografia brasileira tem centrado sua análise para o atraso brasileiro na diferença de desenvolvimentos dos povos indígenas na América Portuguesa e na América Espanhola. Esse é um fator importante, mas outros fatores merecem destaque semelhante.





Digo isso, porque mesmo em Portugal a atividade de impressão tinha pouca relevância. Principalmente, quando se fala da circulação de jornais. A censura era fortíssima, tendo em vista que a Inquisição portuguesa é considerada como a mais severa da Europa.

Além disso, outro fator tem papel fundamental: o pacto colonial. Ele inviabilizava o surgimento de prelos no Brasil, já que as manufaturas eram exclusividade da metrópole. Esse fator é comprovado pela grande participação dos brasileiros na imprensa portuguesa. Mostra que os brasileiros não eram excluídos da imprensa, mas que todas estas atividades tinham que se concentrar na metrópole.

## 6- Referências Bibliográficas

COSTA, Licurgo; VIDAL, Barros. **História e evolução da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Comissão Organizadora da Representação Brasileira à Exposição dos Centenários de Portugal, 1940. 240p.

COSTELA, Antônio F. **O controle da informação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1970. 156p.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. 2ª ed. 184p.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: Inconfidência Mineira – Brasil e Portugal (1750-1808)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 317p.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1995. 6ª ed. 420p.

RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1968. 204p.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989. 352 p.



WEGNER, Robert. **Livros do Arco do Cego no Brasil colonial**. In: História, Ciência e Saúde – Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1). p.131-40. 2004.



Red de Historia de los Medios

<http://www.rehime.com.ar>

<http://www.youtube.com/rehimeargentina>